

JUVENTUDE, VOLUNTARIADO E LIDERANÇA: MODOS DE GOVERNO NO SÉCULO XXI

George Saliba Manske¹

RESUMO: Este estudo analisa o processo de produção de lideranças em jovens na contemporaneidade, indicando a construção de novas subjetividades vinculadas, sobretudo, a um contexto neoliberal hodierno. Parte do pressuposto que ao articular sujeitos jovens para determinadas finalidades sociais, como liderança e voluntariado, estas ações vão na direção de um governo social, conceito entendido tal como empregara Michel Foucault. Assim, nesse processo, compreende que há produções de sujeitos que conduzem a si mesmos e aos outros numa prática de governo de si que é gerida e organizada através de incentivos e informações com supostas finalidades de cunho social. Supõe-se que essa nova forma liberal de gerenciamentos de sujeitos e práticas é baseada numa espécie de economia das ações que se conformam enquanto uma estratégia de repasse e distribuição das responsabilidades dos órgãos governamentais para com seus indivíduos e população, gerando uma forma específica de regulação das condutas e das ações sociais direcionadas aos indivíduos, retirando do Estado a figura tradicional de responsável pelo cuidado e bem-estar da população. Finaliza considerando que os jovens, nesse cenário, são os principais indivíduos a serem sujeitados nesse novo processo neoliberal de gestão da sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Juventude. Voluntariado. Governo. Neoliberalismo.

1 A cultura contemporânea do voluntariado juvenil

É possível percebermos que a sociedade brasileira nos últimos anos vem dedicando maior atenção aos jovens no Brasil, sendo estes sujeitos frequentemente alvos de preocupações sociais (ABRAMO, 1997; SPOSITO; CARRANO, 2003). Essa constatação se nos reflete diversos investimentos realizados pelos diferentes setores da sociedade, tais como a opinião pública, os meios de comunicação em massa, órgãos públicos governamentais, instituições políticas, acadêmicas, de assistência social, filantrópicas, entre outras. Embora os autores acima referidos apontem que somente nos últimos anos as iniciativas públicas e as políticas governamentais estejam sendo desenvolvidas na direção de contemplar os jovens brasileiros, outras instituições como associações beneficentes, associações filantrópicas e organizações não-governamentais (ONGs), há algum tempo, e

¹ Doutorando em Educação (PPGEDU-UFRGS). Professor e Coordenador de Estágios do curso de Educação Física da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI).

crescentemente, vêm destinando programas e projetos aos diferentes segmentos de jovens no Brasil.

Dessa forma, segundo Abramo (1997), há um incremento de projetos sociais preocupados em desenvolver junto aos jovens distintos elementos que contribuam para sua formação como sujeitos sociais, tais como a cidadania e o protagonismo. Indo um pouco mais além, poderíamos acrescentar o voluntariado e a liderança como aspectos também abordados por alguns projetos.

Independentemente do espaço social que estejam sendo produzidas, veiculadas e fomentadas, as práticas de voluntariado social e sua articulação com os sujeitos jovens, ultimamente, vêm adquirindo uma grande visibilidade nas culturas contemporâneas. Tal visibilidade das ações voluntárias em nossas sociedades parece conduzir e influenciar outras práticas e temas da atualidade, fazendo com que distintas ações se conectem e constituam-se mutuamente numa inter-relação de dependência e produtividade, tais como a necessidade de atitudes e de idealismo dos jovens engajados em ações voluntárias. As ações voluntárias são constituídas como ações que necessitam de agentes de atitudes conscientes, entre os quais os jovens são sujeitos potenciais.

A busca por recorrências contemporâneas sobre voluntariado e juventude se assenta na possibilidade de multiplicar estes acontecimentos, a fim de problematizar as diferentes modalidades e maneiras como estes temas são produzidos e postos em movimento nas sociedades, para que possamos compreender as relações singulares com as redes de significados e de saberes que estabelecem entre si. Hall (1997, p. 16) se refere à importância de estarmos atentos aos aspectos substantivos da cultura, ou seja, às condições materiais e empíricas que organizam “atividades, instituições, e relações culturais na sociedade” [tais como as práticas acerca de juventude e voluntariado] a fim de que possamos compreender de que modo tais organizações e regências empíricas e materiais afetam e condicionam - ao mesmo momento em que são condicionados por - os aspectos epistemológicos da cultura, ou seja, os modos pelos quais são produzidos os conhecimentos acerca desses processos empíricos ‘reais’.

Cabe evidenciar que a maioria dos estudos voltados para a discussão do voluntariado se embasam em preceitos e pressupostos da área da Administração, do meio empresarial e das organizações do Terceiro Setor, tais como o de Bavaresco (2003) que problematiza o discurso sobre o voluntariado na UNISINOS; o de Matsuda (2002) que busca compreender o nível de satisfação pessoal dos voluntários engajados em alguns projetos sociais; e o de Pinheiro (2002) no qual o autor busca problematizar a ação voluntária como ações em rede social.

Entre as diferentes conexões estabelecidas acerca de jovens e do voluntariado social há distintos elementos que são incorporados a esses temas - tais como a ação do querer fazer, de ter atitude, de ser idealista - e que, ao serem articulados, produzem especificidades próprias na produção de saberes e de fabricação de sujeitos. Entretanto, além das recorrências supracitadas há, ainda, outras possibilidades de se realizar este imbricamento de elementos, os quais ligam e potencializam a produtividade da díade jovem-voluntário. No caso deste ensaio o elemento que se imbrica ao jovem e a ação voluntária é a liderança.

Do mesmo modo como ocorre com o tema do voluntariado, há uma grande produção de estudos sobre a liderança, sendo que boa parte está voltada para o meio empresarial e de negócios. Estudos como o de Asanome (2001), que procura estabelecer um novo paradigma nas relações de liderança no meio empresarial, ou ainda, o de Petracca (2001), que faz uma revisão acerca das distintas concepções de liderança nas Ciências Humanas, articulam o termo líder e liderança, na maioria das vezes, a uma “cultura de empresa”, concepção esta tal como apresentada por Peters (2002).

A partir desses exemplos e de tais reflexões contemporâneas torna-se possível propor algumas discussões: quais os possíveis efeitos das relações entre juventude, voluntariado e liderança ao discutirmos estas relações a partir da noção de governo baseado-nos, sobretudo, nos estudos de Michel Foucault?

Tomando como ponto de partida uma necessária reflexão inicial sobre os termos acima, proponho, ao final do ensaio, possibilidades de discussões sobre estes tópicos.

2 Jovens e juventudes

Poderíamos pensar os termos juventude e jovem como possibilidades de posições construídas culturalmente num tempo e num contexto histórico específicos, posições estas que podem ser assumidas e incorporadas por sujeitos em determinados momentos e espaços de tempo singulares. Como argumenta Reguillo (2003), a juventude não é uma essência, há neste termo uma mutabilidade de critérios e limites que fixam o que pode ser dito sobre tais sujeitos; especificações produzidas pelas relações de força de uma determinada sociedade. Corroborando com este argumento, Garbin (2001, p. 71, grifos da autora) enfatiza que não podemos dizer que a “juventude era antes biológica e hoje cultural”, ou ainda, que haja alguma outra definição que possa explicar ‘realmente’ o que configura a juventude, pois este termo não poderia ser definido exclusivamente por um ou outro discurso específico, seja ele biológico, social ou cultural.

Assim, não haveria *a priori* uma forma de ser jovem que seja mais próxima de um ideal, que se aproxime ao máximo de uma ideia final que expresse realmente o que é ser jovem. Poderíamos pensar que a adequação do termo jovem com o sujeito e suas muitas formas de viver a(s) juventude(s) está mais envolvida com um processo [adiado, diferido, incompleto, não finalizado] de produção desta adequação do que com a adequação real entre o termo e o sujeito. Tratarei, portanto, do termo jovem e do termo juventude como posições que podem ser assumidas, e não como categorias iniciais, as quais me parecem fixar e enrijecer a produtividade da multiplicidade de tornar-se jovem e, porque não, de não se tornar.

Essas são as escolhas que estou empreendendo entre as tantas formas de olhar para esta temática. Mas é preciso destacar que o tema da juventude está, de certa forma, institucionalizado, pois há diferentes campos de saber que propõem inúmeros estudos sobre esta temática e sujeitos. De quais perspectivas de olhares

podemos falar? Como a juventude vem sendo tomada como um problema de pesquisa a ser investido e investigado no meio acadêmico?

Alguns autores apontam para o fato de que a juventude, tal como a conhecemos hoje, veio a se formar num contexto de mudanças sociais que sucedeu o período pós-guerra (REGUILLO, 2003; VALENZUELA, 1998; FEIXA PÀMPOLS, 1999). Valenzuela (1998) acrescenta, ainda, que a condição de ser jovem está imbricada, entre outros fatores, com um forte crescimento populacional deste século – principalmente a partir da década de 1940 –, com os processos de urbanização, com os ritmos das produções e o conseqüente crescimento econômico do pós-guerra, com o desenvolvimento dos meios de comunicação que produzem e fazem circular estereótipos juvenis e, também, com a segregação dos espaços urbanos sociais. O referido autor salienta que estes indícios não indicam que antes desse período não houvesse jovens ou juventudes, mas que as expressões juvenis que antecedem esse período não eram consideradas próprias da juventude. Dessa forma, salienta Valenzuela (1998), essas considerações apontam para outras formas de análises sobre juventudes, ou seja, suas condições seletivas. Para o autor, o termo juventude está implicado com relações de força de uma época específica, é “uma construção que seleciona atores e características, mas também esquecidos, não é uma definição nem ingênua e nem asséptica, senão que destaca e exclui, pondera e minimiza” (VALENZUELA, 1998, p. 39).

Embora destaque que outras formas possíveis que se aproximam do que hoje entendemos por juventude já podiam ser evidenciadas desde as sociedades primitivas, Feixa Pàmpols (1999) descreve, corroborando com Valenzuela (1998), que a expressão juventude tal como a conhecemos hoje nos países ocidentais teve emergência no início do século XX, a partir da segunda revolução industrial que provocou um impacto nas relações sociais, expulsando os jovens do mercado de trabalho operário (FEIXA PÀMPOLS, 1999).

Salienta o autor, a juventude que agrega etiquetas – tais como *hippies*, *punks*, *rockers* e outros – é resultado de um processo social marcado por um contexto pós-industrial, o qual pode ser delimitado por cinco características: a) crescimento de um

bem-estar social e econômico que criou condições para que os jovens ficassem mais tempo em casa; b) uma crise contra a autoridade patriarcal e contra os autoritarismos sociais; c) o nascimento de um mercado juvenil, que proporcionou um espaço de consumo juvenil; d) a emergência dos meios de comunicação em massa; e, e) a erosão de uma cultura puritana e a modernização dos costumes entre os jovens (FEIXA PÀMPOLS, 1999, p. 43).

A partir de Valenzuela (1998), podemos entender que discutir as questões referentes à juventude é uma forma de exercer escolhas, as quais privilegiam alguns aspectos e não outros. Num artigo em que propõe uma agenda para a discussão da temática da juventude, Reguillo (2003) aponta que numa primeira aproximação com a literatura sobre juventude percebe-se dois tipos de ênfases sobre jovens: de um lado, os trabalhos que enfatizam jovens incorporados nos sistemas sociais, incluídos nos processos de socialização, e de outro lado, os trabalhos que focalizam jovens dissidentes, os não incorporados. A autora enfatiza que grande parte dos trabalhos realizados sobre juventude toma como problematizações questões referentes aos sujeitos jovens não-incorporados, enquanto que a literatura dirigida aos sujeitos “incorporados” tende a ser dispersa e escassa. De modo semelhante, Feixa Pàmpols (1999, p. 93) identifica que “a maior parte da literatura sobre as culturas juvenis se centram sobre os jovens de classe operária”, sendo que “os jovens de classe média só tem sido considerados quando participam de movimentos dissidentes ou contraculturais”.

Poderíamos pensar que a tendência desses estudos em enfatizar os jovens não incorporados está atrelada ao fato de que a juventude é compreendida como uma transição [da infância e da adolescência para a vida adulta] repleta de tormentas, de transformações e de produções de personalidade e de caráter dos sujeitos jovens. Conforme Abramo (1997), a maioria dos estudos que enfocam os jovens dissidentes entende que é nessa fase que se consolidará os valores que se perpetuarão pela vida do indivíduo. Para tanto, salienta a autora, torna-se importante uma vigilância e um leque de ações que dê conta dos deslizes desses sujeitos não-incorporados, pois o que está em questão não são somente aspectos pessoais dos

indivíduos, mas o futuro e a manutenção da sociedade como um todo, ou ainda, como bem ressalta Feixa Pàmpols (1999, p. 93), esses jovens viram alvos de investigações “quando provocam problemas a seus maiores”, tais como os adultos, as instituições e a ordem social em geral.

De uma forma ou de outra, enfocando jovens incorporados ou jovens não-incorporados, os estudos acerca do tema da juventude podem ainda ser enfatizados de acordo com outros dois eixos, a saber, ênfases nos sujeitos [incorporados ou não] e ênfases nas práticas, instituições e espaços sociais (REGUILLO, 2003; ABRAMO, 1997).

No Brasil, Abramo (1997) argumenta que depois de muitos anos os jovens voltam a ser temas de investigação, principalmente de dissertações de mestrado e de teses de doutorado. No entanto, enfatiza a autora, a maioria destas pesquisas se detém nas instituições sociais, não tematizando a forma como os próprios jovens entendem e falam de suas situações, ou seja, Abramo (1997) reclama um olhar a partir do próprio sujeito de pesquisa, suas experiências, percepções e outros elementos produzidos desde os jovens investigados.

Independente de se tomar como referência para investigação os sujeitos jovens incorporados ou os não-incorporados, ou ainda, de se propor a analisar as práticas institucionais ou os sujeitos, o tema da juventude vem se tornando cada vez mais institucionalizado, proporcionando, assim, cada vez mais discussões e produções de saber acerca deste assunto. O que foi trazido até então sobre as distintas ênfases de investigações em tipos de sujeitos ou práticas juvenis teve apenas a intenção de mapear, brevemente, o campo de estudos sobre juventude, tornando mais palpável como a juventude vem transformando-se em um problema de investigação na área das Ciências Humanas e, mais especificamente, na Educação.

Não estou entendendo que haja uma separação entre sujeitos e práticas, ou que seja necessário priorizar um ao outro. Tal como sugere Reguillo (2003, p. 111), procuro distanciar-me de estudos que ora focalizam somente as expressões juvenis

e ora somente as estruturas institucionais, ou no limite, estudos que enfatizam, “de um lado sujeitos sem estrutura, de outro, estrutura sem sujeitos”. Ao invés disso, proponho pensar os sujeitos como efeitos de práticas sociais e culturais, como sujeitos assujeitados por determinadas práticas em meio a relações estabelecidas no interior de suas culturas. Assim, poderíamos falar em culturas juvenis.

Seguindo considerações de Feixa Pàmols (1999), as culturas juvenis se referem aos modos pelos quais as experiências dos jovens são expressas e significadas coletivamente em seus grupos de pertencimento mediante a construção de formas de viver, produzidas desde processos de atribuição de sentidos de cada grupo e indivíduo. O referido autor segue seu argumento no sentido de justificar o motivo pelo qual utiliza o termo culturas juvenil e não Cultura Juvenil [no singular] ou micro-culturas e sub-culturas juvenis, as quais são utilizadas por outros autores em diferentes estudos (FEIXA PÀMPOLS, 1999).

A opção pelo uso do termo culturas juvenil, segundo Feixa Pàmols (1999), implica sublinhar a heterogeneidade que caracteriza as juventudes, o que o termo Cultura Juvenil acaba por não contemplar. Além disso, continua o autor, tal opção não está relacionada somente ao fato de enfatizar a heterogeneidade juvenil, mas, principalmente, de destacar uma mudança e ruptura “nas maneiras de mirar” as juventudes. O autor salienta que os termos sub-culturas e micro-culturas juvenis, desenvolvidos inicialmente nos estudos sobre jovens no Centro de Estudos Culturais Contemporâneos de Birmingham, abarcavam e enfatizavam a marginalidade, a espetacularização, as aparências e outros elementos quando buscavam compreender os fenômenos juvenis. Tal ruptura e modificação no modo de olhar as juventudes acabaram por transferir “a ênfase da marginalização à identidade, das aparências às estratégias, do espetacular à vida cotidiana, da delinquência ao ócio, das imagens aos atores” (FEIXA PÀMPOLS, 1999, p. 85).

Essa mudança no modo de conceber as juventudes – de pensar não mais sub-culturas, micro-culturas, ou ainda, em Cultura Juvenil, mas sim em culturas juvenis – relaciona-se com as transformações sociais e culturais ocorridas nos últimos vinte anos. De acordo com Reguillo (1998), se nos [anos] oitenta falamos do

território, do bairro como epicentro das práticas, como lugar central por onde passavam os processos de construção identitária dos jovens, já uma década depois, nos anos noventa, as mudanças introduzidas pela globalização e a especificidade local de suas manifestações, assinalam um deslocamento da noção de identidade, que antes estava atrelada a espaços fixos, aparências e outras manifestações – tais como as referidas por Feixa Pàmols (1999) como delinqüência, marginalidade e outras - para articular-se a partir de outros objetos, tempos e espaços na atualidade, tais como Internet, espaços virtuais e midiáticos, *shopping centers*, e outras manifestações culturais contemporâneas.

É desde a heterogeneidade e a pluralidade que o termo culturas juvenis apresenta como possibilidade de olhar as juventudes em suas múltiplas experiências que procuro explorar algumas práticas relatadas pelos jovens dos grupos de liderança juvenil das unidades acemistas dos bairros Restinga e Passo D'Areia. Desse modo, mais que problematizar os aspectos constituintes de suas culturas desde “um conjunto de parâmetros pré-estabelecidos”, procuro enfatizar as “dinâmicas particulares que configuram suas percepções de mundo e suas práticas” (REGUILLO, 1998, p. 59) a partir de seus relatos, a fim de melhor compreender quem são esses jovens aos quais são destinadas às práticas de formação de lideranças na ACM.

Pais (1993, p. 56) atentos para o fato de que podemos compreender as culturas juvenis, entendidas como “linguagem com seus específicos usos, particulares rituais e eventos, através dos quais a vida adquire sentido” para os jovens, pelas análises do cotidiano desses sujeitos, analisando se “os jovens compartilham os mesmos significados e, se no caso de compartilharem os mesmos significados, o fazem de forma semelhante” (PAIS, 1993, p. 56).

A fim de responder essas questões, Pais (1993, p. 58) sugere que analisemos o cotidiano dos jovens, pois é no cotidiano, “isto é, no curso das suas interações, que os jovens constroem formas sociais de compreensão e entendimento que se articulam com formas específicas de consciência, de pensamento, de percepção e de ação”. Assim, segue o autor, é necessário fazer uma análise “ascendente” dos

modos de vida dos jovens, a fim de compreender como e através de que práticas eles constituem seus modos de vida.

Em convergência com Pais (1993), Feixa PàmpolS sugere que abordemos as culturas juvenis a partir de suas interações cotidianas, as quais se:

[...] referem às experiências específicas que os jovens vivenciam no seio de espaços institucionais (a escola, o trabalho, os meios de comunicação), de espaços parentais (a família, a vizinhança) e, sobretudo, nos espaços de ócio (a rua, o baile, os locais de diversão) (FEIXA PÀMPOLS, 1999, p. 86)

Nessas práticas, segundo o referido autor, os jovens produzem e identificam-se com formas específicas de dar significados as suas ações, através e no jogo de suas possibilidades e 'condições sociais', que são os materiais provenientes de suas experiências e relações de classe, de gênero, de territórios, entre outras.

3 Liderança e voluntariado

Líder: "Tipo representativo de uma sociedade; chefe; condutor" (CUNHA, 1999, p. 474). "Chefe; condutor. Líder, liderança, liderar. Origem: do inglês lead, guiar; do germânico leiten; do gótico laidjan, que originalmente é leithan e significar ir; no antigo Alemão galiden, viajar. Leitmotiv, motivo-guia" (HECKLER *et al*, 1984, p. 2437).

Se realizarmos uma consulta em Dicionários Etimológicos e Morfológicos da Língua Portuguesa, poderemos achar as definições acima descritas para os significados e as origens do termo líder.

No entanto, a busca de um termo em dicionários etimológicos na perspectiva teórica aqui assumida serve, numa primeira aproximação – superficial -, apenas para ilustrar e descrever a origem e os sentidos atribuídos ao termo pesquisado, visto que não há uma definição exata do que este termo possa compreender. Assim, o significado de líder não está nem numa ação dita de um líder e, tampouco, no sujeito tido como líder, "não há uma relação biunívoca entre significado e significante [. . .] simplesmente porque o significado não existe como domínio separado do

significante. Não existindo separação não pode haver correspondência” (SILVA, 1999b, p. 40).

No entanto, a consulta num dicionário a fim de delimitar o sentido de um termo, numa segunda aproximação, pode ser bastante útil se explorarmos a contingência e a instabilidade que tal termo possui, visto que um significado só é construído numa cadeia de diferenciação e a partir de outros referentes, os quais inevitavelmente variam e, dessa forma, adiam ininterruptamente o sentido daquilo que se quer significar. Em outras palavras, não há, enfim e por fim, um significado último acerca do que é líder, este se constrói nas redes de diferenciações estabelecidas por meio de relações de poder que intentam defini-lo, e são essas operações que podemos (e devemos) buscar operacionalizar e problematizar. Aqui, talvez, resida a importância de buscarmos tais termos em dicionários, a fim de articular seus múltiplos sentidos nos diferentes contextos em que ele é produzido, explorando sua ambigüidade e contingência, compondo, de acordo com as distintas articulações estabelecidas, significados variados para um mesmo termo.

De fato, se pesquisarmos no banco de teses e dissertações disponíveis *on-line* no *site* da CAPES e colocarmos como palavra-chave a ser pesquisada liderança, quase a totalidade dos mais de 300 trabalhos que aparecerão para consulta e pesquisa irão se referir a liderança desde os saberes vinculados a administração e gestão de empresas e negócios.

Dessas assertivas decorrem duas considerações. A primeira diz respeito aos inúmeros estudos sobre liderança na contemporaneidade que registram o fato de que as funções do líder somente são possíveis de serem exercidas levando em conta o contexto no qual este sujeito está inserido (PETRACCA, 2001; ASANOME, 2001).

Dito de outro modo, a liderança é situacional e contextual, o que implica que o líder não atua num ‘papel’ pré-estabelecido, mas se configura como líder desde: a) uma delimitação de espaço e de tempo [contexto e situação]; b) uma incorporação em si mesmo e em suas ações das necessidades da situação na qual se encontra;

c) uma elaboração de recursos, atributos e motivações específicas relacionadas ao contexto; e d) uma adequação a atender as exigências dos liderados (PETRACCA, 2001).

Nas visões tradicionais, conforme Petracca (2001, p. 715) “a liderança sempre foi considerada como uma relação unilinear: alguém guia ou é guiado”. Já na contemporaneidade, em grande parte dos estudos se enfatiza que há, numa relação de liderança, papéis ativos para as diferentes funções estabelecidas. Este rompimento com a visão tradicional já havia sido efetuado no início do século XX, com trabalhos que aceitavam o fato de que todos que guiam e exercem a função de líder são também guiados e liderados no momento mesmo em que estão exercendo sua função de liderança, encontrando-se, dessa forma, numa relação de reciprocidade (PETRACCA, 2001).

A presença da liderança, na atualidade, parece imprescindível ao exercício do voluntariado, na medida em que só tornar-se-á voluntário aquele que, por si só, já possui a característica da liderança. Aliás, o exercício do voluntariado é um elemento extremamente importante na sociedade contemporânea, inclusive sendo registrado e incentivado não apenas pelo Brasil, mas especialmente, pelas nações do mundo globalizado, caracterizando-se, assim, como uma cultura global das relações sociais e econômicas.

A lei nº 9.608/98, por exemplo, que define o trabalho voluntário como atividade não remunerada no Brasil, tem como base uma declaração da Organização das Nações Unidas (ONU) através da qual a entidade estabeleceu, em 1986, que o dia 5 de dezembro seria o Dia Internacional do Voluntário e que o ano de 2001 seria o Ano Internacional do Voluntário (MATSUDA, 2002), sendo que esta iniciativa foi apoiada por 123 países, dentre eles o Brasil.

Por outro lado, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011), baseados em anuários estatísticos do século XX, indicam que a presença de instituições filantrópicas e beneficentes durante o século passado estiveram estreitamente marcadas por ligações entre a Igreja Católica e as organizações de

assistência da saúde, educação, recreativo-desportivas e outras, consolidando uma parceria entre “Fé e Pátria” (LANDIM, 2003, p. 65).

A participação das entidades religiosas do início do século XX, marcadas por um pluralismo religioso e ecumênico, foi de grande importância para o desenvolvimento de ações voluntárias, baseadas e fortalecidas em ligações de associativismo com o Estado. Além das entidades religiosas, o associativismo com o Estado na parceria de ações voluntárias e filantrópicas também ocorreu no âmbito das associações desportivas, as quais “são organizações voluntárias que, quanto às suas atividades principais, existem voltadas para seus membros, como clubes sociais ou esportivos, de tamanhos variados” (LANDIM, 2003, p. 77).

A articulação entre juventude, voluntariado e liderança parece ser, não somente ao longo do século XX, mas especialmente no início do século XXI, uma parceria produtiva e vantajosa as sociedades que tomam como base o neoliberalismo² como referência as suas ações sociais. A seguir, exploro melhor esses elementos, partindo da compreensão de governo proposta por Michel Foucault.

4 Juventude, voluntariado e liderança: modos de governo no século XXI

O que podemos entender por governo a partir dos estudos de Michel Foucault? O termo governo estaria vinculado as práticas destinadas aos “modos de ação mais ou menos refletidos e calculados, porém todos destinados a agir sobre as possibilidades de ação dos outros indivíduos” (FOUCAULT, 1995, p. 244), ações estas que estão implicadas com os modos como os indivíduos e grupos se posicionam no mundo e passam a entender e dar significados as coisas, modos pelos quais indivíduos e grupos tornam-se sujeitos específicos de poder, assim como, modos pelos quais populações tornam-se governáveis.

² Na seção seguinte exploro e defino melhor o que estou entendendo por este termo.

A partir desse entendimento de governo, como um exercício de poder - poder de conduzir, gerir, governar -, poderíamos inferir que tal definição estaria bem próxima daquela comumente promulgada sobre liderança, a qual é compreendida como o processo de conduzir um grupo à objetivos comuns, sendo o líder aquele que recebe tal responsabilidade, assumindo o compromisso de levar o grupo à um determinado objetivo. Desse modo, o líder é um sujeito que se desenvolve para exercer práticas de governo, práticas de condução e de ação sobre outras ações possíveis das pessoas que lidera.

Na esteira dessas discussões autores como Peters (2000), por exemplo, apontam para o fato de que atualmente vivenciamos uma ordem de governo que se configura pela privatização dos recursos estatais e de comercialização da esfera pública, o que gera uma diminuição das ações e das responsabilidades do governo Estatal, acarretando uma racionalidade de governo do estado mínimo e governo máximo.

Este estado mínimo se configura como um modo de governo que não mais tutela, regula, controla diretamente os corpos e dirige efetivamente as ações dos indivíduos, mas há um deslocamento neste novo liberalismo, no qual as ações de governo voltam-se para gerir informações - através, por exemplo, da mídia televisiva, radiofônica e impressa, assim como, de cartazes, folder, panfletos e outros meios de comunicação -, criar leis, fomentar programas e projetos que sustentem determinadas ações, ou ainda, realizando recomendações e criando organizações para a realização de determinadas tarefas que antes eram responsabilidade do Estado e que agora passam a ser da sociedade civil em geral.

Nessa lógica de governo neoliberal busca-se “estender a racionalidade do mercado a domínios não prioritariamente econômicos” (FOUCAULT, 1997, p. 96), ou seja, busca-se estender a distintos segmentos, práticas e procedimentos da população e da sociedade distintos processos vinculados a uma administração estatal que não centra-se mais na figura central e atuante do Estado.

Segundo Hall (1997a, p. 36), tal procedimento de governo pode ser compreendido com um movimento de desregulação e de retomada da regulação social e cultural, o qual foi conduzido por uma lógica neoliberal de substituição da regulação pública e estatal para uma regulação privada e de mercado, que procura, em suas ações, “retirar do Estado suas responsabilidades na regulamentação dos assuntos culturais e abrir a cultura, paulatinamente, ao jogo livre das forças de mercado”.

Na implementação de tal procedimento de governo, Hall (1997a) destaca a importância, assim como Peters (2000), de inúmeras estratégias a serem adotadas para que haja uma efetividade dessa racionalidade governamental, e dentre elas, o autor destaca a criação e a efetiva aplicação de leis, a inspeção e a responsabilização dos sujeitos - como a responsabilidade social -, o treinamento de pessoas para o exercício das novas funções civis - como o voluntariado -, entre outros.

As práticas de desenvolvimento de lideranças, nesse ínterim, são, também, formas de multiplicar informações para a comunidade em geral, os voluntários líderes – no caso os jovens - no seu processo de formação de liderança atuam como multiplicadores não apenas de ações, mas também de informações sobre como cada indivíduo em sua comunidade deve se portar. Em suma, são práticas que procuram estruturar um eventual campo de ações de outros indivíduos e que, no limite, procuram gerir suas condutas, exercendo um governo que não é mais aquele baseado numa responsabilidade central do Estado, mas que se configura através de informações, de tutelas e de gerências sutis que sugerem e induzem comportamentos e ações individuais e coletivas.

Nesse sentido, tanto o voluntariado como a liderança podem ser situadas como práticas engendradas neste ‘estado mínimo’, visto que são ações propostas contra qualquer forma de conduta direta de ações, inseridas em organizações a ações promovidas e incentivadas pelo Estado e pelo poder público, amparadas em leis e em aparelhos institucionais. Assim, o Estado é mínimo, pois não age diretamente na população e nos indivíduos, apenas cria condições para os próprios

indivíduos se organizarem e se responsabilizarem por ações civis, o que, de certo modo, faz com os indivíduos criem para si mesmos responsabilidades sociais.

As práticas que buscam promover um bem-estar do Estado contemporâneo e desenvolver cidadãos líderes para um bem-estar comum são sugeridas, por exemplo, no livro “Liderança e Setor Público no Século XXI: governança”, que destaca a importância da liderança na constituição “de uma administração pública eficiente” (BRASIL, 2002, p. 7). No entanto, essas práticas que poderiam ser pensadas como uma nova ênfase nas maneiras de gerir e exercer o governo tanto do Estado como dos indivíduos, de suas ações, de novas posicionalidades, não são, exclusivamente, fatos restringidos aos países da Europa e Estados Unidos. Shore e Wright (1997), por exemplo, destacam que essas políticas estão sendo exportadas para os países do terceiro mundo através de programas internacionais e de esquemas baseados em modelos políticos neoliberais, programas estes que vêm suplantar o modelo pós-guerra de cuidado do Estado, constituindo através desses instrumentos novos sujeitos do poder.

Um dos modos de efetivar tais ações governamentais neoliberais, segundo, Peters (2002, p. 218), é a elaboração de ações no domínio legislativo, visto que este é um mecanismo fundamental para o estabelecimento de estratégias de governo neoliberais. Assim, a criação de leis amparada numa função de um sistema legislativo, “é a pré-condição necessária para uma economia governada”, tal como a criação da lei do voluntariado e a institucionalização do ano e do dia do voluntariado realizada pelo ONU.

Além disso, se pensarmos acerca da liderança, poderíamos inferir, junto com Peters (2002), que esta funciona como uma linguagem de uma cultura de empresa, visto que quando se delimita o que é liderança isto se faz, principalmente, por denominações alicerçadas no âmbito das empresas, da administração e dos negócios. A liderança como linguagem é utilizada no sentido de afirmar treinamentos de habilidades, superação, exercício da condução de outros entre outras características que se articulam à aquisição e ao uso de habilidades empresarias,

visto que tal cultura não se limita somente a empresas, mas faz parte de uma lógica e de uma racionalidade maior de governo contemporâneo.

5 Considerações finais

O processo de produção de lideranças em jovens na contemporaneidade, aqui apresentado e discutido à luz das noções de governo e governamentalidade baseado nos estudos de Michel Foucault, indica a construção de novas subjetividades na sociedade atual. Ao articular tais ações e sujeitos (liderança e juventude) para determinadas finalidades sociais (governo social) criam-se não apenas sujeitos líderes, mas, antes disso, sujeitos que conduzem a si mesmos e aos outros numa prática de governo de si que é gerida e organizada através de incentivos e informações com supostas finalidades de cunho social. Entrementes, essa nova forma liberal de gerenciamentos de sujeitos e práticas é baseada numa espécie de economia das ações que se conformam enquanto uma estratégia de repasse e distribuição das responsabilidades dos órgãos governamentais para com seus indivíduos e população, gerando uma forma específica de regulação das condutas e das ações sociais direcionadas aos indivíduos, retirando do Estado a figura tradicional de responsável pelo cuidado e bem-estar da população. E os jovens, tal como argumentado nesse estudo, são os principais indivíduos a serem sujeitados nesse novo processo neoliberal de gestão da sociedade.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. In: **Revista Brasileira de Educação**, n. 5 – 6, 1997, p. 25-36.

AMIGOS DA ESCOLA. **AMIGOS DA ESCOLA.** Define o que é o projeto Amigos da Escola. Disponível em: www.amigosdaescola.com.br Acesso: 26 de janeiro de 2006.

ASANOME, Cleusa R. **Liderança sem seguidores: um novo paradigma.** Florianópolis: UFSC, 2001. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis, 2001.

BAVARESCO, Rosa Maria Serra. **O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS**. São Leopoldo: UNISINOS, 2003. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2003.

BRASIL. **Organização para a cooperação e o desenvolvimento econômico. Liderança e setor público no século 21: governança**. Brasília : MP, SEGES, 2002.

CAMILO, Fabiano. Palestra. In **Globalização, idealismo e voluntariado**. Porto Alegre, 28 de abril de 2005.

CUNHA, Antonio Geraldo da. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa: 2ª ed.** revista e acrescida de um suplemento. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

DU GAY, Paul *et al.* **Doing cultural studies. The story of the Sony walkman**. Tradução de Leandro Belinaso, Maria Isabel Bujes e Maria Cecília Braun, London: Sage/Open University, 1997.

FEIXA PÀMPOLS, Carles. **De jóvenes, bandas y tribus: Antropología de la juventud**. Barcelona, Editorial Ariel, S.A., 1999.

FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o Poder. In Dreyfus, Hubert; Rabinow, Paul. **Michel Foucault – Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. RJ: Forense Universitária, 1995.

_____. Nascimento da biopolítica. In **Resumo dos cursos do Collège de France (1970 – 1982)** / Michel Foucault. Tradução de Andréa Daher; consultoria, Roberto Machado. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: edições Graal. Ed. 2003a.

_____. Precisões sobre o Poder. Respostas a certas críticas. In MOTTA, Manuel Barros da (org.). **Ditos e escritos IV – Estratégia, Poder – Saber**. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2003b.

GASTALDO, Denise; McKEEVER, Patrícia. Investigación cualitativa, intrinsecamente ética? In: MERCADO, FJ; GASTALDO, D; CALDERÓN, C. In **Paradigmas y diseños de investigación cualitativa en salud. Una antología Ibero-americana**. Guadalajara: Universidad de Guadalajara / Universidad Autónoma de Nuevo León, 2002. p. 475-479.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções de nosso tempo. Porto Alegre: **Educação & Realidade**, v.22, n.2, 1997a. p. 15-46

_____. The work of representation. Tradução de Ricardo Uebel. In: _____(org.). **Representation**. Cultural representations and signifying practises. London/ Thousand Oaks/ New Delhi: Sage/ Open University Press, 1997b. p. 01-73

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro – 7. ed. – Rio de Janeiro; DP&A, 2003.

HALL, Stuart; JEFFERSON, Tony. **Resistance through rituals: youth subcultures in post-war Britain**. Edited by Stuart Hall & Tony Jefferson. The Centre for Contemporary Cultural Studies, University of Birmingham, 1976.

HECKLER, Evaldo *et al.* **Dicionário morfológico da Língua Portuguesa**. Vol. 3. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. UNISINOS. São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil. UNISINOS, 1984.

HEIDRICH, Rosanne Lipp João; KRAFTA, Romulo. Contradições entre projeto e realidade na apropriação social do espaço urbano: Bairro Restinga – Porto Alegre/RS. **Anais do Encontro Nacional da ANPUR – Ética, planejamento e construção democrática do espaço**. Rio de Janeiro: Anpur, 2001. 3 v. p. 1778 – 1790.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss de língua portuguesa**. Rio de Janeiro: objetiva, 2001.

KLEIN, Rejane Ramos. **Educação e voluntariado: uma parceria produtiva**. São Leopoldo: UNISINOS, 2005. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2005.

MATSUDA, Claudia Hayashi. **Estudo de satisfação dos voluntários engajados em entidades com área de atuação diversa, na cidade de Porto Alegre**. Porto Alegre: UFRGS, 2002. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação em Administração, Faculdade de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

PAIS, José Machado. Correntes teóricas da sociologia da juventude. In: _____ **Culturas Juvenis**. Coleção Análise Social. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1993, p. 37-63.

PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. Governamentalidade Neoliberal e Educação. In **O sujeito da educação: estudos foucaultianos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 5ª ed., 2002.

PETRACCA, Orazio. Liderança. In BOBIO, Norberto *et al.* **Dicionário de política**.

Ed. UNB – 2 volumes, 2001.

PINHEIRO, Leandro Rogério. **Gestão de voluntários, Ações em rede**: Análise de dois casos em Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, 2002. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação em Administração, Faculdade de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

REGUILLO, Rossana. El año dos mil, ética, política y estéticas: imaginarios, adscripciones y prácticas juveniles. Caso mexicano. In **Viviendo a toda**: jóvenes, territorios culturales y nuevas sensibilidades. MARGULIS, Mario et al (org.). Editor María Cristina Laverde. Santafé de Bogotá: Siglo de Hombre Editores; 1998.

_____. Las culturas juveniles: un campo de estudio; breve agenda para la discusión. In: **Revista Brasileira de Educação**. Nº 23, Maio/Jun/Jul/Ago, 2003. p. 103 – 118.

SHORE, Cris; Wright, Susan. Policy – a new field of anthropology. In **Anthropology of policy – critical perspectives on governance and power**. London: Routledge, 1997, p. 3- 39.

SILVA, Tomaz Tadeu. Os novos mapas culturais e o lugar do currículo numa paisagem pós-moderna. In SILVA, Tomaz T.; MOREIRA, Antonio F (orgs). **Territórios contestados**: o currículo e os novos mapas políticos e culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

_____. **O currículo como fetiche**: a poética e a política do texto curricular. Belo Horizonte: Autêntica, 1999a.

_____. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999b.

_____. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e Diferença** – A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73-102.

_____. Dr. Nietzsche, curricularista – com uma pequena ajuda do Professor Deleuze. In CORAZZA, Sandra. **Composições**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. pgs. 35-58.

SPOSITO, Marília; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. In **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro: Editora Autores Associados, Set/Out/Nov/Dez 2003, Nº 24, p. 16-39.

VALENZUELA, José M. Identidades juveniles. In MARGULIS, Mario (org.) **“Viviendo a toda”**: jóvenes, territorios culturales y nuevas sensibilidades. Santa Fé de Bogotá: Siglo Del Hombre Editores. 1998; p. 38 – 45.

VEIGA-NETO, Alfredo. Michel Foucault e os Estudos Culturais. In COSTA, Marisa V. (org.). **Estudos culturais em educação**: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema... Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. p. 37 – 69.

_____. Olhares... . In **Caminhos Investigativos**: novos olhares na pesquisa em educação. (Org.) COSTA, Marisa Vorraber. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 23-38.

_____. **Foucault & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003a.

_____. Cultura, culturas e educação. In **Revista Brasileira de Educação**, n. 23, maio/jun./jul/ago, 2003b.